



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

### ACTA N.º 8/VIII/2005

- 1 - Aos catorze dias do mês de Setembro de dois mil e cinco, pelas 21H15, nas instalações dos Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, sitas na Rua Dr. Pires de Castro, 12, no Laranjeiro, realizou-se a Reunião da Sessão Ordinária de Setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----
  - 1 - Período de Antes da Ordem do Dia.-----
  - 2 - Período Aberto ao Público.-----
  - 3 - Período da Ordem do Dia. -----
    - 3.1 - Apreciação da informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.--
    - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Permuta de terrenos na Freguesia da Caparica entre o Município e a M.L. - Dia a Dia Industria Hoteleira, Lda., para reserva de área de estacionamento associado ao Metro Sul do Tejo".-----
    - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração da cláusula 14ª das condições gerais de alienação de terrenos no denominado Centro Cívico do Pragal".-----
    - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Desafecção do domínio público para o privado do Município de parcela de terreno na Quinta do Rato, freguesia do Laranjeiro, para construção do Centro Comunitário e Social".----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 - Dos quarenta e quatro Eleitos faltaram à reunião os seguintes Srs. Deputados Municipais Bruno Rafael Ribeiro e António Neves.-----
  - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia; Maria Luísa Ramos; Maria Manuela Pinto Ângelo; Maria da Graça Pessoa; Bruno Dias; José Luís Leitão; Alain Pereira; Vanessa Alexandra Silva; Joaquim do Carmo; José Pedro Noronha; José Joaquim Leitão; Maria José Esteves; Carlos Gouveia Pinto; António Mendonça Mendes; Caetano Rolo; Helena Isabel Simões; Álvaro da Costa; Maria Odete Alexandre; José Carlos Simões; Joaquim Correia Curto; Jorge Pedroso de Almeida; António da Visitação Oliveira; Armando de Jesus Barata; Nuno Filipe Matias; Luís Vaz do Nascimento; Luís Camoêsas dos Anjos; Fernando Jorge Pena; Luís Artur Gomes; Carlos Leal; Bento Silveira Rações; António Rodrigues Anastácio; António Belo; José Manuel Pereira; José Mário Ferreira; Maria Manuela Colaço; Luís Filipe Hermenegildo; Carlos Manuel Coelho Revés e José João Santos da Mata.-----
- 4 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 4.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----
- O Sr. Deputado Municipal Sérgio Neves Correia Taipas, com Ausência no dia 14 de Setembro de 2005, (**Conforme ANEXO I**).-----
  - A Srª. Deputada Municipal Maria de Fátima Valença Mourinho, com Ausência no dia 14 de Setembro de 2005, (**Conforme ANEXO II**).-----
  - O Sr. Deputado Municipal Vitor Manuel Barata, com Ausência no dia 14 de Setembro de 2005, (não foi substituído), (**Conforme ANEXO III**).-----
  - A Srª. Deputada Municipal Maria Luísa Almeida Beato, com Ausência no dia 14 de Setembro de 2005, (**Conforme ANEXO IV**).-----
- 4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----
- O Candidato Exmº. Senhor Carlos Manuel Coelho Revés, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Sérgio Correia Taipas, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO V**).-----
  - O Candidato Exmº. Senhor José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Srª. Maria de Fátima Mourinho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO VI**).-----
  - O Candidato Exmº. Senhor Vitor Telmo Moreira Gonçalves, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Srª. Maria Luísa Almeida Beato, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO VII**).--
- 4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia de Almada e Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. Luís Manuel Boa Ventura de Barros e José Alberto Ferreira Durão, respectivamente, (**Conforme ANEXOS VIII e IX**).-----
- 4.4 - Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais das Actas N.ºs. 6/VIII/2005 e 7/VIII/2005 e as Minutas das Actas N.ºs. 6/VIII/2005 e 7/VIII/2005; da Sumula N.º 05/2005 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais); Informação N.º 04/05 (Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia); das listas de registo



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

dos ofícios enviados (do Of. N.º 218/VIII/2005 ao Of. N.º 304/VIII/2005) e registo das entradas (da Ent. 509/2005 à Ent. 679/2005).-----

4.5 - Foram apresentadas à consideração da Assembleia as Actas N.ºs. 6/VIII/2005 e 7/VIII/2005 e as Minutas das Actas N.ºs. 6/VIII/2005 e 7/VIII/2005, relativas às Reuniões realizadas nos dias 29 e 30 de Junho de 2005.-----

4.6 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quorum procedeu-se à votação, sendo as Actas N.ºs. 6/VIII/2005 e 7/VIII/2005 aprovadas por unanimidade e as Minutas das Actas N.ºs. 6/VIII/2005 e 7/VIII/2005 ratificadas por unanimidade.-----

4.7 - Para apresentação de um Voto de Pesar em que usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Luís Manuel de Barros (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de António Correia - Estoril.-----

4.7.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel de Barros:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

VOTO DE PESAR -----

António José Oliveira da Silva Correia – Estoril, nasceu em Lisboa, na freguesia de Santos-o-Velho em 27 de Março de 1936, veio para Almada com 14 anos, tendo construído uma caixa para engraxar sapatos, a sua primeira ocupação. Ainda com 14 anos começou a trabalhar como aprendiz de electricista, iniciando e terminando a sua vida profissional como técnico de elevadores, estando reformado desde 1996.-----

Iniciou a sua actividade desportiva no andebol do Almada Atlético Clube, na categoria de juniores na época de 53/54, em 55/56 joga nos seniores mantendo-se na equipa até à época de 62/63, tendo ajudado a equipa no ano de 1959 a sagrar-se campeã. Foi treinador de juniores do Almada nas épocas de 64/65 e 65/66, sendo elemento da secção de andebol nos anos 60/61. Foi o principal organizador dos torneios de andebol do Almada.-----

Era sócio do S. Paulo Clube Recreativo de Almada onde exercia funções de Presidente da Direcção, era sócio da Academia Almadense, da SFUAP e dos Bombeiros Voluntários de Almada.-----

Depois do 25 de Abril, mantendo uma importante actividade associativa, abraçou a causa autárquica, tendo sido eleito para a Assembleia de Freguesia de Almada saída das primeiras eleições autárquicas em 1977, tendo de 1979 até 2001 exercido funções no executivo da Junta de Freguesia de Almada.-----

O Estoril, homem de uma extrema bondade e dedicação entregou-se de corpo e alma às suas funções exercendo de forma abnegada as tarefas que lhe estavam destinadas contribuindo de forma decisiva na defesa das colectividades e associações da freguesia.-----



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

No âmbito do pelouro da cultura e desporto que abraçou sempre no executivo da Junta de Freguesia, participou e organizou actividades destinadas às camadas mais jovens e de formação.-----

Foi durante muitos anos o "embaixador" da freguesia junto dos clubes e colectividades nunca faltando com a sua presença nas actividades por eles desenvolvidas.-----

António Correia era militante do Partido Comunista Português há mais de 30 anos.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 14 de Setembro de 2005 nas instalações do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, presta a sua homenagem ao Homem e ao autarca, apresentando à família as suas condolências."-----

4.8 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o período e após verificação do quorum procedeu-se à votação do documento.-----

4.8.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de António José Oliveira da Silva Correia - Estoril, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Manuel de Barros, foi aprovado por unanimidade.-----

4.9 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem.-----

4.10 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre Água); Luís Gomes (apresentando Moção/Deliberação sobre Medidas do Governo); Maria Odete Alexandre (apresentando Moção/Deliberação sobre o MST - Ramalha); Pedro Roque; Fernando Pena; José Courinha Leitão; Luísa Ramos; Bruno Dias e a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara.-----

4.10.1 - A Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO-----

Considerando que:-----

. Decorre na Assembleia da República o processo para aprovação de uma Lei Quadro da Água, cuja votação foi agendada para dia 29 de Setembro de 2005;-----

. Os Municípios têm competências na água e no ordenamento do território envolvente, no abastecimento de água e saneamento, assim como um papel e um posicionamento essencial na protecção e ordenamento da relação dos cidadãos com a água, as margens dos rios, a costa e a praia;-----

. O processo já decorre desde 2001 sem que tenha havido participação pública e, designadamente, sem que a elaboração e discussão das propostas tenha sido participada pelos Municípios;-----



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

- . A Associação de Municípios, muito tardia e apressadamente consultada, emitiu pareceres muito desfavoráveis às propostas do Governo, actualmente na Assembleia da República;-----
- . Não houve sequer debate nos Conselhos de Bacia Hidrográfica onde "alguns" Municípios têm assento, nem no Conselho Nacional da Água;-----
- Considerando ainda que as propostas de lei do Governo:-----
- . Induzem à mercantilização completa da água como princípio básico e única forma de gestão, excluindo todos os que não possam pagar e permitindo todo o abuso e degradação desde que "economicamente rentável";-----
- . Introduzem um regime de concessão que dá exclusividade de administração e licenciamento da utilização da água e do domínio público ao concessionário, escolhido pelo governo, e a quem é concedido, por 75 anos(!), não só o direito de uso, como o de "revenda" e aluguer de utilização de todo o acesso, por outros, à água e aos terrenos confinantes;-----
- . Retiram competências às autarquias locais na gestão da água, sujeitando-as à arbitrariedade da administração central ou de concessionários do domínio público hídrico, e equiparadas a qualquer privado para autorização de captação de água e rejeição de águas residuais urbanas. Subordinando-as ainda, totalmente, à administração central e a concessionários desta, no ordenamento territorial das zonas ribeirinhas e costeiras;-----
- . Impõem o tarifária da água às autarquias, inviabilizando preços sociais e serviços gratuitos de utilidade pública, como fontes públicas e fontanários;-----
- . Não reconhecem direitos aos cidadãos de fruição da água e do domínio público hídrico, mas apenas impõem taxas e tarifas que são impostos camuflados;-----
- . Deixam um cheque em branco ao Governo para legislar sobre questões fundamentais que afectam os direitos dos munícipes e interferem com as competências autárquicas, como a transferência do domínio público para a propriedade patrimonial do Estado, a sua venda e concessão, a vedação de acesso e a cobrança de taxas às autarquias e particulares, inclusive sobre o uso da propriedade privada;-----
- . Não reconhece nem dá dignidade aos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento, que são equiparados a um qualquer negócio, sujeitando as autarquias a taxas de captação e rejeição e à competição de preços com outros utilizadores, o que, inevitavelmente, terá consequências muito gravosas para as populações, já afectadas pela actual crise económica;-----
- Considerando finalmente:-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

. Que a água, os rios, as albufeiras, as margens, a costa e as praias se estendem por todo o País;-----  
. que o ordenamento do território e a utilização da água se exprime de formas diferentes em cada Concelho;-----  
. Que a água é essencial e vital para todos;-----  
. E portanto um diploma tão fundamental e definidor de políticas, como a Lei da Água, não pode ser decidido exclusivamente em Lisboa, nem limitado ao Palácio de S. Bento; -  
A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 14 de Setembro, exige:-----

1. Que o processo legislativo em curso seja suspenso.-----
2. Que seja dado início a um amplo processo de discussão pública, com toda a sociedade, sobre uma Lei da Água justa para todos, que salvguarde o domínio público e tenha como preocupação a componente humana e a cidadania, os direitos constitucionais dos portugueses, a equidade e a justiça, a Importância social e ecológica da água, o seu papel estratégico no sistema produtivo, as responsabilidades e competências do Estado e do Poder Local e os direitos democráticos dos Cidadãos.--
3. Que as Autarquias Locais, designadamente, a Assembleia Municipal de Almada participe nesse processo e sejam acolhidos os seus contributos, designadamente que sejam efectuadas sessões públicas com as populações do Concelho de Almada, onde seja proporcionado o debate de diferentes posições em relação às Iniciativas legislativas presentes na AR.-----
4. Que sejam assegurados os direitos à água e ao ambiente dos Municípes do Concelho de Almada, que defenderemos firmemente."-----

4.10.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Gomes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO -----

Cerca de seis meses depois das eleições legislativas que deram ao PS a sua primeira maioria absoluta, os principais problemas do país têm continuado a agravar-se. O desemprego aumenta e tudo indica que esta tendência se manterá em 2005 e 2006. Continua a crescer o número de falências e de deslocalizações fraudulentas. Estamos de novo à beira de uma recessão económica. Entretanto, a crise europeia é sublinhada pelos sucessivos fracassos da Constituição e da negociação orçamental.-----

O governo Sócrates tem respondido a esta situação com uma estratégia que repete as políticas dos governos anteriores, apesar dos efeitos sociais que são evidentemente prejudiciais, em particular com o aumento do IVA, com a perseguição aos direitos dos funcionários públicos, com a alteração das regras da reforma, com a continuidade do essencial do Código Laboral de Bagão Félix e com o enfraquecimento das funções sociais



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

do Estado e o desenvolvimento do negociismo liberal. Os abusos de poder, como a colocação dos próximos do primeiro-ministro na administração da CGD ou o projecto de imposição dos círculos uninominais através de um acordo de Bloco Central, bem como estas políticas económicas e sociais demonstram como se comporta um regime hostil à transparência democrática, ao desenvolvimento com justiça social, ao emprego e à qualificação.-----

No próximo mês de Outubro, o governo apresentará a sua proposta de Orçamento para 2006. No contexto recessivo que actualmente se vive e depois das medidas de 2005, esse Orçamento agravará a contenção salarial, determinando o quinto ano sucessivo em que os rendimentos de uma parte importante dos trabalhadores crescem abaixo da inflação, manterá a política de crescimento do desemprego e continuará a redução dos direitos sociais. O pretexto da disciplina orçamental, aliás, já não tem crédito: com esse pretexto, trava-se uma guerra contra os mais pobres.-----

A resposta dos movimentos sociais, para ser eficaz, deve ser determinada e unitária, desenvolvendo a unidade entre os trabalhadores do sector público e do sector privado. Só haverá lutas generalizadas, que são necessárias para desenvolver a resistência social e apresentar alternativas, se essa unidade for o pilar da resposta. Esse deve ser o objectivo das lutas transformadoras que definem a esquerda portuguesa.-----

A Assembleia Municipal reunida a 14 de Setembro de 2005 condena as medidas do governo, tais como o aumento do IVA, o agravamento da contenção salarial, a redução dos direitos sociais e o aumento do desemprego, solidarizando-se com os trabalhadores em luta."-----

4.10.3 - A Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção -----

A História mostra-nos que ao longo dos tempos sempre houve resistentes que, justamente, se opuseram a decisões que o poder pretendia impor.-----

umas resistências envolveram nações inteiras, outras - mais modestas - juntaram povoados ou apenas grupos de cidadãos.-----

Em todas se verificou que o povo tinha razão e que os interesses de uns poucos não deveria, sobrepor-se aos daqueles que mostraram resistência.-----

Foi assim com o célebre "triângulo da Ramalha".-----

O projecto do traçado do MST proposto pela Autarquia ao governo incluía uma passagem pela Rua Lopes de Mendonça, o que viria a trazer consequências desastrosas para os seus moradores quer em termos de acesso às garagens dos prédios, quer sobretudo pela falta de segurança que essa passagem determinaria.-----



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

Qualquer morador menos previdente, saindo da sua casa, poderia ser surpreendido por veículos a passar-lhe rente à porta...-----

Mas os moradores da Ramalha souberam resistir, argumentar, mostrar a justeza do seu descontentamento e sobretudo souberam apresentar uma proposta alternativa que veio a ser aceite pela Secretaria de estado dos Transportes.-----

Deste modo, o obsoleto traçado foi rectificado e a passagem do MST pela Rua de Alvalade trará a paz e o sossego àquela zona da cidade.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 14 de Setembro de 2005, congratula-se com a decisão de alteração do traçado e saúda o grupo de cidadãos que em boa hora souberam resistir e mostrar que vale a pena lutar por causas justas."-----

4.10.4 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Roque:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Termina com esta sessão, mais um mandato autárquico na Assembleia Municipal de Almada.-----

Nesta ocasião gostaríamos de expressar a nossa satisfação, em nome pessoal e da bancada, por termos participado nos trabalhos parlamentares já que, mais do que nenhum outro, este órgão representa o sentir democrático dos almadenses de acordo com aquele que foi o sentido do voto popular expresso em 2001.-----

Desejamos expressar na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>., Senhor Presidente da Assembleia Municipal (que, nas funções em que está investido se constitui numa espécie de "primus inter pares" relativamente ao conjunto das bancadas e do universo dos deputados municipais), as nossas felicitações relativamente à qualidade do trabalho produzido e que as mesmas possam igualmente ser extensíveis ao executivo municipal assim como a todas as bancadas com as quais, apesar das divergências próprias do exercício democrático, colaborámos.-----

Este é um órgão de natureza parlamentar onde o exercício do contraditório impera nos debates como modo de dar satisfação a diferentes visões ideológicas e políticas sobre a condução do município. Foram muitas as divergências assim como também foram muitas as situações em que, apesar das diferenças ideológicas, soubemos convergir.-----

Importará todavia, no futuro, que se possa agilizar um pouco mais o funcionamento desta Assembleia:-----

- Seja pelo cumprimento rigoroso das grelhas de tempos, por forma a que os trabalhos não se arrastem indefinidamente e para que, muitas vezes, o acessório não se sobreponha ao fundamental;-----
- Seja através da sistematização do funcionamento das diferentes comissões especializadas que deverão reunir com uma maior periodicidade.-----





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

No próximo dia nove de Outubro serão os portugueses, agrupados em trezentos e oito municípios, chamados a elegerem novos órgãos municipais. Desejamos, acima de tudo, que esse sufrágio possa ser, de novo, uma homenagem à democracia.-----

Também em Almada, serão eleitos novos órgãos com o culminar de uma campanha eleitoral que está ainda no seu início e que desejamos esclarecedora acerca de quais os melhores projectos para o município.-----

A decisão caberá apenas ao almadenses. Já que eles são, efectivamente e, como compete em democracia, a fonte da qual emana o poder político através do mandato que concederão aos seus futuros representantes.-----

Pela nossa parte tudo faremos para contribuir para esse debate democrático procurando afirmar a justeza do nosso projecto na concretização de uma Almada melhor.-----

Viva Almada!-----

Viva Portugal!"-----

4.10.5 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Este é um momento de balanço, de prestação de contas à população, e de reflexão. Desafortunadamente este é um tempo também marcado para o CDS por um processo eleitoral que representa uma triste distorção do espírito da democracia e da Constituição portuguesas. O compromisso eleitoral 2001 do CDS, sustentava-se na proposta de um novo paradigma urbano que possa libertar os cidadãos e as empresas de um modelo de desenvolvimento esgotado no seu âmago. Propondo uma gestão moderna do território e dos sistemas natural e edificado contra um quase estranho consenso em terno de um planeamento a retalho, artificial e obsoleto. Não se conformando com um espaço público desordenado, sujo, incoerente, atafalhado, entregue ao vandalismo ou ao progresso de um betão insaciável. Pugnando-o pela necessidade de contínuos naturais de corredores verdes, da agricultura urbana que tantas inusitadas reacções provocou, lutando por um novo dinamismo económico, por impostos e taxas municipais que não sigam uma estratégia cega de acumulação de receitas. Associando-se ao Município sem táticas partidárias inconsequentes na urgente necessidade de um Quartel da GNR na Charneca no Metropolitano de Superfície e no Plano de Mobilidade Acessibilidades 21. Mas de modo igualmente desassombrado denunciando os erros sucessivos de um Polis que não aprendeu com o passado, que acentua a pressão imobiliária e viária sobre o litoral e cresceu de costas voltadas para a população. O CDS foi aliás o único partido com coragem para o fazer. Do mesmo modo a CDS mostrou que o Plano de Urbanização da Frente Ribeirinha Nascente, começou com uma metodologia de trabalho que padece de erros científicos e não pode ser mais um pedaço de uma Almada de muito betão e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

remendos de relva ousando propôr a instalação de um museu de prestígio internacional que torne a cidade num sofisticado centro internacional de artes e permita o amplo e qualificado usufruto do Rio. E foi o CDS que reclamou de modo recorrente pelo direito das populações do Porto Brandão e da Trafaria a terem a sua paisagem protegida e requalificada, o seu património histórico recuperado e memória das suas gentes dignificada. O CDS manteve também uma profunda coerência ideológica, um Partido que propõe uma cultura de liberdade e responsabilidade assente na dignidade inalienável da vida humana, de cada vida humana, um Partido que é incomodo para este tempo de relativismo moral, mas que não será silenciado. O CDS cumpriu o Mandato que recebeu dos almadenses com responsabilidade, sem boletim para promover as suas iniciativas, sem homens do aparelho, sem contribuições generosas, mas com sentido de dever. Com este capital e a mesma vontade, o CDS apresenta-se com um projecto para Almada moderno e audaz, com ideias, com coerência, que não será vencido por uma morocracia de mangas de alpaca incompreensível. E com certeza de que os seus eleitores nos órgãos em que não puder eleger os candidatos proscritos do CDS, saberão dar uma resposta clara aos cavalgando numa dificuldade burocrática com posições públicas de ética questionável, esperavam retirar dividendos que não conseguiriam no sufrágio democrático. Alega-se um projecto afirmativo que nitidamente não se sabe sustentar em coerência. O CDS é portador de um programa de esperança para Almada, hoje como durante quatro anos ao lado dos cidadãos e das famílias, hoje como durante quatro anos na defesa do valor da vida, hoje como durante quatro anos por um urbanismo humanizado, hoje como durante quatro anos na defesa da paisagem e do património natural e histórico do Concelho, hoje como durante quatro anos pela ordem no espaço público, hoje como durante quatro anos ao lado das pessoas. É este o património de quatro anos de trabalho de que não receamos prestar contas. É minha sincera convicção que o programa do CDS representou avanço sensível na qualidade de discussão política em Almada propondo soluções modernas e ousadas, com a confiança dos cidadãos permaneceremos nesta luta por uma Almada Capital de Inovação, qualidade de vida e conhecimento, vibrante motor de progresso, liberdade e bem estar. Neste momento o balanço.-----

Uma saudação final ao Presidente desta Assembleia pela forma superior como conduziu os trabalhos durante estes quatro anos."-----

4.10.6 - O Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Considerando o termo dos textos apresentados pelas bancadas da CDU e do Bloco de Esquerda, não posso deixar de fazer uns breves comentários, obviamente contendo-me



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

em limites limitados considerando a vontade que temos de que esta Assembleia seja breve e decorra em ambiente construtivo e profícuo. Mas gostava de dizer o seguinte relativamente... (interrupção da gravação)... a água é um bem cuja utilização apresenta problemas cada vez mais graves. Exactamente por isso a gestão da água tem de ser feita de forma crescentemente eficiente, de forma crescente a utilização adequada de um recurso escasso. Nós acreditamos que as posições que estão a ser vinculadas na Assembleia e que estão a produzir alguns consensos são posições que salvaguardam o essencial no que diz respeito à gestão da água e que portanto anuncio o voto contra a Moção apresentada pela Sr<sup>a</sup>. Deputada Luísa Ramos. No que diz respeito ao texto apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Gomes e candidato do Bloco de Esquerda à Presidência da Câmara Municipal, gostaria de dizer o seguinte: eu penso que o Sr. Deputado Municipal apresentou dois ou três diagnósticos correctos. Um diagnóstico que apresentou e que provavelmente poder ser subscrito por todos nós, é que estamos à beira da recessão económica. Estamos numa situação económica difícil. Estamos no contexto de uma situação económica que é difícil, talvez para além dos limites que foram assumidos e pensados no passado. Eu penso que os Srs. Deputados Municipais que são pessoas informadas têm lido os artigos que têm sido publicados na imprensa e que a propósito dos ciclos longos em matéria económica apresentam a possibilidade que neste momento ainda não está comprovada de estarmos numa situação depressiva ao nível do ciclo longo que seria a situação sequente em termos desse ritmo, à grande depressão de vinte e nove. Portanto, estamos perante uma situação complicada que é agravada pelo situação internacional que todos conhecem e que tem uma expressão óbvia que é a de que algum tempo atrás considerávamos que seria, uma situação quase insustentável de termos o barril de petróleo a cinquenta dólares e neste momento aproximamo-nos de uma situação em que o barril de petróleo pode atingir o dobro desse valor. Perante esta situação obviamente pode-se pôr a cabeça na areia, portanto há animais que o fazem e que ficam celebres por o fazer como as avestruzes. E há também possibilidade de equacionar as questões e resolvê-las. O Governo do PS o que tem feito é de forma corajosa, de forma coerente responder aos problemas que têm sido detectados. E o Governo do PS tem agido de forma que se pode comparar àquela que é seguida pelas famílias portuguesas e pelas famílias de todo o mundo, quando existe uma situação difícil, quando há desemprego na família, quando há pessoas que têm necessidades que exigem canalização de recursos para além do que é corrente, é necessário fazer uma reorganização das finanças familiares, e essa reorganização é sempre feita em duas vertentes. É feita primeiro ao nível da contenção das despesas e é feito na medida do possível em termos de expansão das receitas. Se neste momento como todos sabemos o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

crescimento das receitas está posto em causa pela conjuntura que vivemos, a única possibilidade que temos é conter as despesas se não quisermos obviamente entrar numa situação completamente insustentável e meus amigos, quando se coloca a questão em termos de Estado, a contenção das despesas tem que ser feita obviamente nas despesas do próprio Estado, não pode ser feito ao nível das receita por exemplo dos agentes económicos. E a contenção das despesas do Estado faz-se necessariamente nos itens que têm o maior peso no orçamento.-----

Os Srs. Deputados Municipais que por razões ideológicas não querem aceitar isso estão no seu direito. O PS e o seu Governo têm o dever de prosseguir as políticas que estão a ser prosseguidas. Nós como já dissemos em reuniões anteriores assumimos com orgulho o que está a ser feito, subscrevemos e apoiamos. E pensamos que o povo português também aceita e compreende as medidas difíceis que estão a ser tomadas, e esta minha convicção como os Srs. Deputados Municipais sabem embora lhes custe e doa, é compreendida pela generalidade da população conforme se pode comprovar nos estudos de opinião que têm sido feitos que mostram que apesar da situação complicada o PS continua à frente nas sondagens e a reunir um apoio maioritário na população. Agora, nós não podemos é confundir alhos com bugalhos, e não podemos confundir as medidas de contenção do déficit e da resolução da situação económica com o enfraquecimento das funções sociais do Estado. Isso aí meus Srs. é pura demagogia e não tem um mínimo de aderência às políticas que estão a ser seguidas. E se os Srs. Deputados passarem a revista às políticas que estão a ser seguidas no que diz respeito às principais funções do Estado, e eu estou-me a recordar da saúde, da educação, da segurança social, os Srs. Deputados vêem que há medidas que favorecem os públicos e que estão em situações mais difíceis, e que têm um intuito de aprofundar as conquistas que existem em termos de justiça social e de igualdade de oportunidades. Se os Srs. Deputados Municipais não querem ver isso, o problema penso eu que é vosso que não querem vislumbrar a realidade. Eu penso que o Sr. Deputado Municipal do Bloco de Esquerda terminou ou pelo menos na parte final do seu texto, tem uma frase que é sintomática e que fala no pretexto da disciplina orçamental já não tem crédito. Sr. Deputado Municipal, se acha que a disciplina orçamental é uma coisa de somenos importância que não vale a pena preocuparmo-nos com ela, penso que o Sr. Deputado Municipal não está a contribuir de forma correcta para projectar uma imagem de alguém que pode ter uma gestão correcta num Município ou noutro palco qualquer porque ninguém pode confiar em quem diga que esta questão dos orçamentos são questões de somenos importância que são pretextos completamente desprezíveis."-----

4.10.7 - A Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal Luísa Ramos:-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda, naturalmente que vamos votar a favor, ainda que me suscite uma dúvida se é a nível da Assembleia Municipal que vão ser definidas que a Esquerda Portuguesa defina as lutas transformadoras. É a única coisa que me parece que pode ser reformulada ou retirada mas obviamente que isso não é impeditivo da aprovação. De resto quero dizer que também nós dizemos que a obsessão pelo déficit que o PS contestava na oposição, tanto criticou o Governo anterior, ele hoje está pior ainda porque tudo está relacionado com as questões do déficit e portanto aquilo que se chama de disciplina orçamental, obviamente que só é do nosso ponto de vista, só é criticável por quanto que é a ditadura do déficit perante as questões sociais. Mas, e portanto vamos votar a favor. De qualquer maneira eu também gostava de perder aqui alguns segundos relativamente à explicação do Sr. Deputado do Partido Socialista para votar contra a Moção da CDU que pede ao Governo que interrompa um processo legislativo em curso e que seja dado início a um amplo processo de discussão pública com toda a sociedade sobre uma Lei da Água justa para todos, e que as autarquias locais, designadamente a Assembleia Municipal de Almada participe nesse debate. Portanto, ficamos a saber que o Partido Socialista está de acordo com a privatização da água, está de acordo com a mercantilização da água, está de acordo que os cidadãos tenham que pagar taxas para ir a uma praia, a utilização do Rio ou de uma albufeira. Ficamos a saber que o Sr. Deputado do Partido Socialista e o Partido Socialista, e quero vos dizer outra coisa, aliás ele foi muito curioso, porque hoje, aliás é interessante verificar que Almada, os SMAS, têm diversas formas de taxas sobre a água e há a taxa social. E é curioso verificar que na gestão de Mata Cáceres em Setúbal onde foi privatizada a água, onde foi entregue a gestão e a concessão da água a uma empresa, os munícipes de Setúbal pagam a água mais cara. Mas também em Mafra e também noutros sítios. Portanto, isto não é completamente indiferente para o cidadão, para o munícipe, para o utente da água, o meio de produção. Mas enfim, os Srs. são pela privatização, são pela mercantilização da água e as populações têm que o saber. Sobretudo quando amanhã se quiserem dirigir a uma praia e não o poderem fazer porque têm que pagar taxa de acesso. E sobretudo quando houver um pescador que queira ir ao Rio pescar e tenha que haver o concessionário a cobrar-lhe uma taxa. Mas dizer mais, é que neste momento na Assembleia da República não há consenso sobre isto ao contrário do que foi dito. É que existem quatro Projectos de Lei.-----  
Existe o do PS, o do Governo, portanto Lei Quadro, existe o do PSD, existe do CDS, existe do PCP. E ainda hoje é curioso que mesmo no meio disto para camuflar uma hipótese de discussão pública que é isto que nós estamos aqui a pedir e que os Srs. não



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

querem, é curioso reafirmar, foi dito e foi criticado todo o processo, o que queriam é que isto fosse aprovado no seio e nas paredes da Assembleia da República, no seio de uma Comissão sem que os cidadãos soubessem dos perigos que existe sobre esta alteração da Lei da Água. E sob a capa de uma coisa que é fundamental que se faça é a transposição da directiva. E é mentira porque a transposição da directiva não é reflectida, não está reflectida e a propósito disso e a pretexto disso querem a privatização da água e a alteração do domínio público para o domínio privado do Estado. Portanto são coisas muito sérias que eu acho que ficamos a saber que o PS não quer discussão pública, que o PS não quer que os cidadãos conheçam a verdadeira intenção desta Lei e que o PS quer privatizar e dar aos privados aquilo que é da natureza, aquilo que é um bem, é fundamental para a actividade económica, e é insubstituível para a vida humana. Portanto, Srs. Deputados, Srs. Municípes, que tiremos as nossas conclusões de uma rejeição de uma proposta que não faz tantas considerações a não ser o pedido de uma discussão pública, e a suspensão do processo. Veremos se depois da audição de hoje promovida pela Comissão, vai haver ou não adiamento deste processo legislativo."-----

4.10.8 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias: -----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais; -----  
Eu pedi a palavra para me pronunciar em termos breves sobre a Moção de Congratulação que o PS aqui apresentou quanto ao Metro Sul do Tejo. E começando para ver se nos entendemos com esta imagem que procura ilustrar um bocado o que se passa. Imaginemos senhoras e senhores, que é um cidadão que tem que apanhar um Comboio para o Porto, chega à estação de Santa Apolónia para o comboio das oito, mas o comboio não aparece, o tempo vai passando e o comboio não aparece e as pessoas ficam preocupadas, ficam espantadas e ficam indignadas, e o tal cidadão começa a dizer que a culpa do atraso é da Junta, que é da Câmara, que é de todos menos da CP. E quando o diabo do comboio lá finalmente aparece o cavalheiro ainda propõe que se faça uma carta a agradecer à CP e a congratular-se por ter acabado a espera. Isto não faz sentido nenhum, não faz sentido nenhum tal como não faz sentido nenhum esta proposta de Moção de Congratulação relativamente ao facto do Poder Central ter tomado uma decisão com este atraso todo. Mas não estamos apenas perante um absurdo, estamos perante uma falsidade. Porque é uma falsidade que a Câmara Municipal de Almada, que a autarquia tenha proposto o traçado **a** ou **b**, porque quem teve e tem de propôr e decidir sobre esta matéria é o Poder Central que é o dono da obra. É o promotor deste empreendimento, numa situação, numa circunstância em que de há longa data que a Câmara Municipal de Almada e esta Assembleia Municipal de Almada e os Deputados Municipais e Deputadas Municipais todos nós temos obrigação de recordar o que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

aprovamos nesta Assembleia Municipal, uma exigência muito concreta para que o Poder Central resolvesse de uma vez por todas uma questão que estava a colocar problemas muito sérios ao avanço a tempo e horas e em circunstâncias correctas e rigorosas deste empreendimento. Exigimos isso ao Governo e mais, e inclusivamente recomendámos à Câmara que estabelecesse restrições e que tomasse medidas concretas relativamente a este projecto, medidas e restrições essas que agora várias vozes da oposição vêm criticar pelo facto da Câmara ter tomado sem se lembrarem agora que votaram a favor dessa mesma proposta. E portanto, senhoras e senhores Deputados Municipais sem estar aqui a gastar muito tempo com uma falsidade não temos nada que nos congratular por uma decisão que há muito tempo devia estar resolvida, não temos nada que assumir o considerando, partir do princípio que havia uma solução, de uma saída apresentada pela autarquia e que terá sido recusada, nós não embarcamos em falsidades e por isso não aceitamos que esta afirmação seja emanada desta Assembleia Municipal. E por isso naturalmente, a bem da verdade, a bem do respeito pelas populações e a bem do respeito pela história e do trabalho desta mesma Assembleia Municipal de que fazemos parte todos, a CDU vai votar contra esta proposta de Moção. Uma última referência já que estou no uso da palavra relativamente a uma questão que foi suscitada pela intervenção do Sr. Deputado Municipal José Leitão do PS, sobre a actuação do Governo relativamente às opções estratégicas e à política que o Governo tem seguido, aqui dedicando muito menos tempo para dizer o seguinte: já seria mau se a política seguida pelo Governo fosse aquela que está a ser tendo o PS assumido perante as populações que iria praticá-la, agora dizer às populações uma coisa, prometer num sentido político e uma estratégia e assumir e praticar exactamente o contrário, isso é ainda mais condenável e ainda mais grave. E já que falou no preço do petróleo e no barril de petróleo a cinquenta dólares e agora a setenta, eu recordava e penso que isto é interessante porque ilustra o espírito com que se parte para este tipo de opções e estratégias, exactamente na altura em que estava o barril de petróleo a cinquenta dólares como o Sr. Deputado lembrou, saiu o orçamento rectificativo do Partido Socialista, o orçamento rectificativo do Governo, e a previsão desse orçamento rectificativo era que o barril de petróleo ficasse trinta e cinco dólares. E portanto, parte-se do princípio que eram pessoas que sabiam do que estavam a falar, o que torna tudo ainda mais grave e mais preocupante."-----

4.10.9 - O Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão:-----  
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Uma primeira nota relativamente à intervenção da Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal Luísa Ramos. Eu ouvi com atenção a sua intervenção, registei alguns termos: "mercantilismo",



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

"liberalização", eu penso que a Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal diz essas coisas porque não está informada e não sabe aquilo que diz. E portanto, penso que há aqui uma fuga à realidade motivada por razões ideológicas que não merece um comentário mais aprofundado. Penso que de qualquer modo deve haver uma referência ao papel do parlamento nas sociedades democráticas. Se há algum sítio onde uma Lei deve ser discutida e aprovada é no parlamento. Outros modelos de democracia ou "democracia" que estiveram em jogo na sociedade portuguesa há alguns anos atrás, ficaram não no museu da história, mas na cave das velharias e não só aqui em Portugal como noutros sítios do mundo, e portanto se a Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal ainda tem nostalgia dessas concessões e desses conceitos, Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal desejo-lhe muitas felicidades mas por aí eu não vou. Penso que podemos ficar por aqui relativamente a este assunto. Relativamente à outra questão que é a da Moção apresentada pela bancada do PS sobre o Triângulo da Ramalha, eu penso que nós como eleitos devemos valorizar e humildemente aplaudir a intervenção dos cidadãos quando os cidadãos se mobilizam na defesa do bem comum. Nós nunca dissemos que tinha havido uma posição da Câmara Municipal combatida por quem quer que seja, aquilo que nós dizemos é que houve um combate dos moradores no sentido de fazer prevalecer os interesses comuns. O que houve da parte da CDU foi uma postura de intransigência, de completa incapacidade de diálogo, de compreensão, de concertação, de procura de solução para os problemas vividos e sentidos pelas populações neste caso concreto. E se os Srs. Deputados Municipais não se lembram das posições de obstaculização, de desvalorização, até de gozo que foram assumidas quando os cidadãos defenderam os seus direitos, os Srs. Deputados Municipais ao menos consultem as actas e informem-se daquilo que disseram sobre esses assuntos."-----

4.10.10 - A Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal Luísa Ramos: -----  
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Naturalmente que esta intervenção do Sr. Deputado faz-me dizer o seguinte: a mentira é tão grande, a desorientação é tão grande que acaba de desdizer o que escreveu e há bocado foi lido pela Sr<sup>a</sup>. Deputada Odete Alexandre. Que diz assim: o projecto traçado do MST proposto pela Autarquia ao Governo, palavras para quê, estão a mentir, estão a deturpar e depois desmentem, terem dito. Portanto, os senhores vejam com quem estamos a lidar, e isto é muito elucidativo e se calhar vai ser efectivamente o tom da campanha eleitoral. Mentir, degradar, mentir insultar. E insultar, ó senhores Deputados, a mim não me insulta quem quer. Porque não sou atrasada mental, porque sei do que falo e do que quero, e sempre sei o que quero e quanto quero, e também sei o que não quero. Não sei o que quero quando estou no poder e não sei o que não quero quando estou na oposição. E sei mais, que em política de facto os partidos não são todos iguais,





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

os políticos não são todos iguais, mas aqui o porta-voz do PS é pior do que isso, porque se contradiz, porque mente, porque insulta, porque calúnia, e isto não, é a ética republicana que o Partido Socialista tanto gosta de defender."-----

4.10.11 - O Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Uma pequena nota até porque obviamente os termos utilizados agora, foram claramente ofensivos. Os Srs. Deputados Municipais sabem perfeitamente que há uma proposta inicial de traçado que é feita pelo conjunto das Câmaras, e sabem que o projecto que é implementado é feito obviamente por quem de direito, e portanto não venham chamar mentirosos aos outros, tomem qualquer coisa para a vossa memória porque meus amigos estão num estado lamentável."-----

4.10.12 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Breves palavras a propósito deste assunto, porque a verdade assim o justifica. Este processo do Metro Sul do Tejo é um processo extensíssimo, é um processo que não começou no princípio de 2003 quando a obra começou. A obra começou em 2003, e em Agosto de 2003 a Câmara Municipal depois de várias reuniões com os governantes propôs que houvesse um debate público com as populações, um esclarecimento da solução em concreto e de todas as soluções alternativas possíveis para a zona em questão. Estamos em 2005, quantos e quantos fóruns de participação se fizeram, quantos e quantos debates se fizeram sobre este assunto. Quantas e quantas vezes se disse que desde 2003 se estava à espera de uma decisão relativamente a todas as questões alternativas que teriam eventualmente sido estudadas. A Câmara Municipal tomou conhecimento das soluções alternativas já este ano quando finalmente foi realizado o Plenário com a população, porque também não as conhecia. E portanto é importante falar verdade e é importante dizer que a Câmara Municipal tomou a dianteira na defesa daquilo que as populações entendiam que era justo e legítimo fazer, que era estarem esclarecidas, perceberem quais as possibilidades de solução para a zona, e empenhamo-nos até às nossas forças e condições para o conseguirmos. E esta Assembleia Municipal tomou a decisão de dizer não avança enquanto não existir a discussão com a população da Ramalha relativamente a todas as soluções possíveis e estudadas. Portanto, vir agora dizer que com esta panóplia, mas é muito interessante e eu permito-me dizer também esta coisa, é que afinal a discussão da água não precisa de ser pública, mas os povoados e os resistentes conseguiram grandes vitórias, e a população da Ramalha também, mas a água não precisa de ser discutida publicamente. Veja-se, pasme-se qual é a visão e qual é a coerência de posições quando desta maneira



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

se intervém sobre a participação popular, sobre a intervenção das populações. Nós defendemos e continuamos a defender a intervenção das populações, estamos com elas na primeira linha, mas não é de uma forma cega, é para que as populações sejam devidamente esclarecidas e para que todas as soluções sejam estudadas para bem de todos. E o bem de todos é de todos, não é de um, nem de meia dúzia, é de todos. E enquanto estiver em causa soluções que não satisfaçam o bem mais geral e não apenas o de **a**, **b** ou **c**, enquanto isso não acontecer a Câmara nunca desistiu e nunca a CDU desistirá desta postura. Portanto, eu estou inteiramente solidária com a posição da CDU nesta Assembleia, votar contra a mentira."-----

4.11 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate e após verificação do quorum procedeu-se à votação dos documentos.-----

4.11.1 - A Moção apresentada pela Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal Luísa Ramos, sobre Água, foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, BE e CDS-PP), nove votos contra (de eleitos do PS) e oito abstenções (de eleitos do PS e PSD).-----

4.11.1 - A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Gomes, sobre Medidas do Governo, foi aprovada por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU e BE), doze votos contra (de eleitos de PS e CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD).-----

4.11.2 - A Moção apresentada pela Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal Maria Odete Alexandre, sobre Ramalha, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU) onze votos a favor (de eleitos do PS) e oito abstenções (de eleitos do PSD, BE e CDS-PP).-----

4.12 - Produziu declaração de voto o Sr. Deputado Municipal Fernando Pena.-----

4.12.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Uma declaração de voto em relação à Moção da CDU sobre a água. Esta não pode ser uma matéria de luta partidária, e eu recorro aquelas que eram as posições do anterior Ministro do Ambiente Dr. Luís Nobre Guedes. E portanto, esta associação do CDS a esta Moção, penso que resulta de uma coisa que hoje ficou aqui claro, é que de facto há assuntos que merecem ser debatidos, há assuntos que não podem ser resolvidos sem o conhecimento de todos os cidadãos portugueses, porque dizem respeito a um bem fundamental que não pode ser objecto de meras lutas circunstanciais, de partidos e de políticas. Daí a associação a esta Moção, no sentido de facto de que o debate e o esclarecimento do que está em causa seja do conhecimento de todos."-----

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção do Público.-----

5.1 - Usou da palavra a Exm<sup>a</sup>. Senhora Múncipe Ana Luísa Cruz, moradora na Rua Fui Furtado, 13 - 2820-235 Charneca de Caparica.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 5.1.1 - A Exm<sup>a</sup>. Senhora Múncipe Ana Luísa Cruz:-----  
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Desde há cerca de ano e meio que se instalou em Palhais, no espaço do antigo Restaurante "O Jorge", junto à Igreja da Charneca de Caparica, um Restaurante de Rodízio (Churrascos, portanto) que dá pelo nome de "Sabor Mineiro II".-----  
Conforme é publicitado pelos proprietários do Restaurante, o "Sabor Mineiro II" está vocacionado para grandes grupos (empresas, casamentos, aniversários, etc.) tendo capacidade para 350 pessoas sentadas. Funciona de 2<sup>a</sup> a domingo, 365 dias por ano, com horário de funcionamento afixado do meio dia até às onze e meia da noite com "música ao vivo todas as noites".-----  
O Restaurante está integrado numa zona habitacional, em que os prédios mais próximos e mais afectados são os do pátio junto ao Restaurante que distam escassos metros das instalações.-----  
Desde a data em que este Rodízio começou a funcionar que as condições de vida dos habitantes da zona se degradaram significativamente, tendo-se tornado insustentáveis.----  
Os incómodos gerados resultam assim:-----  
- do ruído excessivo e insuportável, provocado pelo exaustor de serviço;-----  
- dos cheiros e fumos não filtrados por este equipamento;-----  
- da "música ao vivo" com níveis sonoros muito elevados, chegando ao ponto de conseguirmos ouvir cantar os Parabéns aos diversos aniversariantes que por ali passam, apesar das janelas estarem fechadas e terem vidros duplos;-----  
- das algazarras e arruaças provocadas pelos clientes e funcionários do Restaurante, até altas horas da noite, indo pela madrugada dentro;-----  
- do ruído provocado por um motor situado na parte exterior-lateral do edifício, o qual está ligado de dia e de noite.-----  
- do pó do estacionamento em "terra batida" que nos suja as casas, as roupas e causa problemas respiratórios, provocado pelas acrobacias automobilísticas, mais uma vez, dos clientes e dos colaboradores do restaurante;-----  
- da utilização abusiva do espaço público que é o único acesso ao pátio dos prédios onde moramos e que está a ser usado como estacionamento privado de uso exclusivo do restaurante, com direito a arrumador próprio e tudo! Chegando-se ao cúmulo dos moradores serem impedidos de estacionar naquele local público.-----  
Os ruídos e barulhos impedem o descanso e o bem estar dos moradores desde as nove da manhã - altura em que o exaustor é posto a funcionar - até ao abandono do local pelos colaboradores e clientes e que nunca acontece antes da uma da manhã, seja dia de semana ou fim-de-semana.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A degradação ambiental está a ter reflexos na saúde física e psíquica dos moradores.-----  
Face a este cenário e à progressiva degradação da nossa qualidade de vida, os moradores promoveram junto do próprio estabelecimento, da Câmara Municipal de Almada e de outras entidades, diversas acções, de que destacamos:-----

- as diversas idas ao Restaurante pelos moradores, para sensibilizar a gerência quanto aos problemas e incómodos, sem qualquer resultado;-----
- o envio à Câmara, há um ano atrás, de um abaixo-assinado onde era denunciado este problema, ao qual não foi dada qualquer resposta ou solução por parte da Câmara, até esta data;-----
- os vários contactos telefónicos com o Departamento do Ambiente na Sobreda (processo número 262/03), com a promessa de contacto de resposta sobre a situação do processo, o que nunca aconteceu;-----
- a apresentação de queixa no passado dia 28 de Junho (Queixa nº 525/05 do SEPNA) aos Serviços de Protecção da Natureza da GNR, o qual diligentemente, em finais de Julho, enviou à Câmara dois Autos de notícia de Contra-ordenação:-----  
Um, relativo à Chaminé do Restaurante, e outro, por Actividade sem o devido licenciamento camarário.-----

Até ao momento, e tanto quanto é do nosso conhecimento, a Câmara não desenvolveu qualquer acção, tanto mais que o estabelecimento continua exactamente a funcionar na situação irregular que viemos hoje aqui denunciar;-----

- no passado dia 29 de Julho, desloquei-me pessoalmente ao Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Almada, tendo confirmado a inexistência de qualquer Processo de Construção, Alvará ou Licença de Utilização para o estabelecimento; o que também não dá garantia em termos de Saúde Pública, visto que o Delegado de Saúde nos confirmou não ter feito qualquer vistoria.-----

Por isso, Sr. Presidente, Senhores Deputados-----

É para nós incompreensível que até esta data a Câmara tenha ignorado este problema, apesar dos esforços que desenvolvemos junto dos serviços competentes, tanto mais que a Câmara de Almada tem desenvolvido trabalho na área do Ambiente, sendo a segunda Câmara do País a dispor de uma Carta Regular de Ruído.-----

Ora, de acordo com a Lei Geral do Ruído (Decreto-Lei 292/2000), o horário de funcionamento permitindo nas zonas habitacionais, é no máximo as dez horas da noite.---

O Restaurante desliga o exaustor por volta da meia-noite e meia, permanecendo à porta os funcionários e clientes até à uma da manhã e mais, em actividades ruidosas.-----

Mas, esta situação não é única, visto que - e como já é do conhecimento da Câmara - existe a poucos metros do "Sabor Mineiro II", no prédio onde resido, o estabelecimento



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

"Pátio dos Vinhos", em idênticas condições de funcionamento, isto é sem Alvará, não cumprindo o horário e causando problemas de ruído e cheiros aos moradores.-----

Em desespero de causa e antes de qualquer outra iniciativa, vimos a esta Assembleia para tornar pública a situação, apelando a V. Ex<sup>as</sup>. para que intervenham, obrigando rapidamente à aplicação da Lei, por forma a que os Municípes afectados possam recuperar as mais elementares condições de vida e de saúde a que têm legitimamente direito, conforme consagrado na nossa Constituição."-----

5.2 - Usou da palavra a Exm<sup>a</sup>. Senhora Múncipe Maria Odete Câmara, moradora na Rua Rui Furtado, 11 2º A - Palhais - 2820-230 Charneca de Caparica.-----

5.2.1 - A Exm<sup>a</sup>. Senhora Múncipe Maria Odete Câmara:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O que venho aqui falar, parte deste assunto já foi falado pela pessoa que me antecedeu. Porque nós habitamos dois prédios ficam distantes do mesmo restaurante do "Sabor Mineiro" e partilhamos dos mesmos tormentos. Tanto assim é que o nome da pessoa que me antecedeu faz parte de um abaixo-assinado que eu tomei iniciativa de ser a primeira pessoa a assinar, ela também consta disto. Portanto, alguma coisa está dito e muito bem dito, com todo aquele desespero, aquela incapacidade de viver nesse ambiente. Não vale a pena acrescentar, é tudo verdade. Agora, só dizer o seguinte: fui eu que desencadeei este processo em 2003, porque acontece que o meu prédio número onze, eu sou dentro do prédio a pessoa mais atingida, porque apanho com os fumos negros, apanho com o barulho doze horas por dia, doze ou mais horas por dia, e não posso adormecer e pronto. Eu apanho mais do que ninguém esses tormentos todos. Entretanto eu fui a pessoa que desencadeou este processo em 2003, em Agosto de 2003. Esteve no Departamento do Ambiente, depois sempre a confirmarem a recepção das minhas cartas, ficou então registado com o número 262/03, e em 2004 a reclamação transita segundo informação que me deram para o Departamento de Administração Urbanística, fui sempre escrevendo, e sempre vou fazendo as minhas queixas cujas cópias aqui não tenho. Em Novembro 2004, escrevo uma carta à Sr<sup>a</sup>. Presidente, já desesperada, eu já não sabia o que fazer, reclamação sobre o excesso de ruído, essa carta o administrador do nosso prédio ofereceu-se para levar em mão, eu andei sempre muito apoquentada à procura dessa carta e sei que ela foi entregue. Foi entregue e tanto assim que há confirmação dessa reclamação. E nessa carta que eu dirijo à Sr<sup>a</sup>. Presidente eu faço como que um resumo da situação. Posso ler que é muito sintético. Eu começo por dizer a situação do Restaurante Jorge, não vale a pena que foi muito bem descrita anteriormente. Funciona já há vários anos no local alguns incómodos aos residentes da urbanização, que estiveram na origem de uma primeira reclamação sobre o ruído em 2003. E depois sucede então quando passa



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

para o "Sabor Mineiro" com a mudança do proprietário, com outro tipo de ofertas aos clientes veio provocar um conjunto de situações incompatíveis com as regras mais elementares de convivência e do respeito por aqueles que escolheram este local para viver. Nessa altura em 2004 a queixa, o problema, a carta, a reclamação está no Departamento da Administração Urbanística. Então nesta carta à Sr<sup>a</sup>. Presidente faço como que uma síntese: "É o exaustor do restaurante que funciona ruidosamente das dez horas até cerca das vinte e quatro horas; É a música, tipo batucada, que se houve nas nossas casas, mesmo com as janelas fechadas. Como não há horário para encerramento do dito restaurante, os residentes, para além dos aspectos negativos já referidos, são perturbados por excessos dos clientes que, cá fora, no largo fronteiro que em parte partilham, continuam a "festa" até altas horas da madrugada, independentemente do dia da semana. Refira-se, por fim, os cheiros frequentes e intensos, que resultam do mau funcionamento do sistema de extracção; cheiros que penetram nas nossas casas, numas mais do que noutras, impedindo que se abram as janelas para o necessário arejamento das habitações, e mesmo a secagem da roupa e a fruição das nossas varandas. São tudo situações que levaria a autora da primeira carta a redigir uma segunda em Agosto de 2004. É então que outros residentes que já vinham buscando respostas para o problema, se associaram a esta iniciativa comum, ratificando o seu conteúdo.-----

A despeito de várias chamadas de atenção, por parte de alguns residentes, não só do prédio número onze, como também de outro equidistante e similar, número treze, cujos alguns residentes já se deslocaram ao restaurante para protestar, nada parece incomodar os proprietários do estabelecimento em causa.-----

Senhora Presidente da Câmara, os signatários optaram por residir na Charneca por ser um local agradável e pacato mas, na verdade, essa tranquilidade foi profundamente alterada, tornando-se mesmo insustentável face aos factos acima referidos.-----

Os signatários apelam para a intervenção de vossa excelência, sobretudo porque o assunto já foi colocado em Agosto de 2003, conforme documentação junta e até hoje a situação não se alterou, muito pelo contrário, o que é no mínimo lamentável".-----

Portanto, temos aqui o abaixo-assinado, eu sou a primeira e a pessoa que me antecedeu também assina. Mas há mais alguma coisa a seguir. Eu continuei a fazer contactos telefónicos com Vereadores de Departamento, etc.. E um desses Departamentos, mandaram-me aguardar que eu esperasse até ao fim das férias não sei de quem, porque iriam contactar-me. E na realidade no dia vinte e nove de Agosto lá estive em casa pessoalmente um Sr. Arquitecto e um outro funcionário que lamentavelmente eu tenho uma netinha de dois anos, eu escrevi aqui num papelinho os nomes e achei que não devia ir procurar, mal parecia mostrar que não tinha fixado os nomes. Portanto realmente



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

procuraram-me e que iriam rever o problema. Disseram o que iam fazer, que era difícil, que era demorado, mas que iriam fazer. A situação é esta. Acontece porém que nada melhorou, acho que piorou.-----

Pronto, esta carta foi escrita à Sr<sup>a</sup>. Presidente, não sei se calhar chegou às mãos, alguém leu. Bem, a carta está aqui, no fundo é esta. Isto foi escrito em quinze de Novembro de 2004, em 2005 já tenho este contacto, já apareceu um Sr. Arquitecto, lamentavelmente não sei quem é, é uma vergonha, e outra pessoa. E aguardo, aguardo com certa angústia, porque inclusivamente já pus a minha casa à venda mas é um transtorno tão grande que não se justifica fazê-lo, nem ninguém me compra a casa naquelas circunstâncias."-----

5.3 - Usou da palavra o Exm<sup>o</sup>. Senhor Município Eurico António da Conceição Marques, morador na Rua Lopes Mendonça, 7 2<sup>o</sup> Esq. - Pragal - 2800-569 Almada.-----

5.3.1 - O Exm<sup>o</sup>. Senhor Município Eurico António da Conceição Marques:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Completam-se hoje precisamente dois anos e três meses sobre a data em que os moradores da Rua Lopes de Mendonça iniciaram uma justa e legítima luta pela defesa de seus direitos de cidadãos, contra a resistência municipal que pretendia impôr-lhes uma humilde inserção local, daquilo que foi designado Metro Sul do Tejo (MST).-----

Foi em 14 de Junho de 2003, num Fórum dito de Participação das Populações, realizado na Sociedade Recreativa União Pragalense, que quatro moradores abandonaram essa sessão, a qual estava sendo sub-repticiamente manipulada, na vã tentativa de nos dissuadir com explicações vazias e de cunho sonífero.-----

Felizmente não adormecemos.-----

Reflectimos em conjunto com alguns almadenses presentes na sala e com muitos outros, conhecedores da Almada real e que sentem Almada.-----

Concluimos que os nossos naturais e legítimos direitos de moradores e cidadãos estavam sendo desrespeitados suave e escandalosamente por quem tinha a obrigação de os respeitar e defender.-----

A CMA nunca defendeu publicamente e inequivocamente nem a nossa proposta alternativa, nem os moradores da Ramalha. Vimos que pretendeu sempre impôr e impôr-nos as suas ambições e más soluções.-----

A CMA tem exigido publicamente aos Governos, nesta matéria, decisões a tempo e horas.-

A verdade é que sempre de descartou, dizendo que ao Estado competia decidir.-----

É chegada a hora de se retractar.-----

Após a apresentação pública das soluções alternativas ao traçado do MST na Ramalha, realizada em 16 de Junho de 2005 na SRUP, ficou patente que a Solução 5, a dos



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

moradores, é a mais económica, a de menor impacto ambiental, a menos prejudicial à população.-----

Todos os argumentos técnicos com que a CMA nos tentou dissuadir para fazer vingar suas ambições, não tinham consistência e, caíram por terra.-----

Estamos em crer que triunfou o bom senso, que prevaleceu o correcto discernimento na avaliação da indigna situação a que a CMA queria subjugar os moradores locais. Eu estive nessa Sessão Sr. Vereador.-----

Cidadãos houve que perante as humilhantes condições de vida que lhes estavam sendo impostas, venderam suas habitações, outros não exteriorizando as suas mágoas remeteram-se a uma resignação traumatizante, com reflexos negativos na sua qualidade de vida, saúde e ambiente familiar.-----

É hora de a CMA reconhecer com humildade, se tiver coragem para o fazer, que estava prejudicando pessoas.-----

Hoje, queremos deixar nesta Assembleia, o grato reconhecimento dos moradores da Ramalha, a todos os jornalistas dos órgãos de comunicação social - jornais, rádio (Antena 1) e televisão (RTP Regiões) - pelo apoio que nos deram, divulgando com isenção, regionalmente e ao País, o problema dos residentes locais, com o traçado do MST que a CMA nos pretendia impôr.-----

Só assim foi possível, contornar e vencer a omissão de informação, veiculada pela CMA, no seu informativo e sempre democrático boletim municipal.-----

Um agradecimento muito grande e especial, aos muitos e muitos almadenses, de todos os quadrantes políticos, que não tiveram medo de "dar a cara" por esta causa ou que com receio das penalizações municipais, no anonimato, nos incentivaram a não baixar os braços, perante prepotências e ambições insensatas que comprometiam o futuro dos moradores da Ramalha.-----

O futuro de Almada só pode e deve ser construído com a livre participação dos almadenses, no restrito respeito pelos legítimos direitos dos cidadãos e garantia de uma qualidade de vida com dignidade.-----

Cito Cardeal de Retz francês e político que viveu no século XVII:-----

"Não há noite tão longa que não encontre o dia."-----

5.4 - Usou da palavra a Exm<sup>a</sup>. Senhora Múncipe Fernanda Velez, moradora na Rua Comandante Eduardo Alves, 23 - Quinta da Alegria - 2800-598 Almada.-----

5.4.1 - A Exm<sup>a</sup>. Senhora Múncipe Fernanda Velez:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----





# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

A minha intervenção prende-se com um problema concreto: a responsabilidade da Câmara Municipal pelos danos causados por incêndios que ocorreram em terrenos seus ou da sua responsabilidade.-----

Resido na Rua Comandante Eduardo Alves, nº 23, Quinta da Alegria, no cimo do morro que fica, podemos dizer, por cima da antiga Lisnave.-----

No dia trinta e um de Agosto deflagrou um incêndio na base do morro que, dado o estado de abandono em que se encontra (um matagal, qual lixeira a céu aberto) depressa atingiu algumas vivendas que se situam no seu cume.-----

Ora, a legislação em vigor obriga os proprietários a proceder à limpeza e conservação dos seus terrenos!-----

E quando os terrenos são propriedade da Câmara Municipal?-----

A quem devemos nós pedir contas pelos prejuízos causados nas nossas casas que resultaram do incêndio que poderia, certamente, ser evitado se a Câmara cumprisse a Lei, a tal que obriga os proprietários dos terrenos a fazer a conservação dos mesmos.-----

Permitam-me que recorde, aqui, que o estado de conservação do morro em causa é, desde há três anos, objecto de preocupação dos moradores que já apresentaram à Câmara Municipal uma reclamação.-----

O Senhor Vereador Lourenço já recebeu na Comissão de Moradores, tendo-se comprometido a solucionar o problema.-----

Os proprietários das vivendas não podem aceitar viver de mãos dadas com o perigo. Perigo de incêndio (que já ocorreu), perigo de derrocada (agora mais eminente, depois do incêndio que consumiu a vegetação, necessária, como todos sabemos para sustentar os terrenos).-----

Quero, aqui em meu nome pessoal, solicitar à Câmara e à Assembleia Municipal que intervenham no sentido de tomar as medidas necessárias para que possamos viver segura e tranquilamente nas nossas casas.-----

Fico a aguardar!-----

Por se tratar da última Sessão da Assembleia Municipal deste mandato, quero agradecer a todos, executivo e oposição, o trabalho realizado em prol de Almada.-----

Bem hajam!"-----

5.5 - Usou da palavra o Exmº. Senhor Município José Carlos Carvalho Fonseca, morador no Bairro Social do Alfeite, Lote A - 3 2º Esq. - 2810-001 Almada.-----

5.5.1 - O Exmº. Senhor Município José Carlos Carvalho Fonseca:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Como cidadão do Concelho de Almada, considero que o Metro Sul do Tejo é de extrema importância para a qualidade de vida e do desenvolvimento das populações da Margem Sul



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

do Tejo. Sendo residente da Freguesia do Laranjeiro, tenho tido oportunidade de acompanhar as obras relativas ao Metro Sul do Tejo logo desde o início reparei que as obras tinham várias falhas graves tanto a nível da segurança de peões e viaturas, bem como a confusão resultante da condução da própria obra, que tantas dores de cabeça trouxeram à população. Nesta altura questionei-me sobre quem seria o principal responsável pela execução da obra. Sou sincero, pensei que fosse a Câmara Municipal a responsável, pois foi ela a maior impulsionadora deste projecto. Tal facto levou-me à necessidade de me informar melhor. Rapidamente descobri que a tutela da obra é do Poder Central, e mais descobri que apesar da vontade, disponibilidade apresentada pela Câmara Municipal de intervir de forma mais activa, foi-lhe atribuído um papel secundário com um poder muito limitado. À semelhança do que tem acontecido, espero que a Câmara Municipal de Almada não desista de exigir junto do Poder Central um papel mais interventivo na condução desta imprescindível obra. Neste momento, estando a obra numa fase bastante avançada nesta Freguesia, fico contente por verificar que as obras do Metro Sul do Tejo estão a requalificar as áreas envolventes contribuindo para um Laranjeiro mais bonito. Espero no entanto que o Governo do PS esteja à altura das suas responsabilidades e vá ao encontro das ambições e necessidades das populações do Laranjeiro, nomeadamente na construção de parques de estacionamento imprescindíveis para o bom funcionamento deste novo meio de transporte.-----

Agradeço a oportunidade de expressão."-----

5.6 - Usou da palavra em resposta aos Srs. Múncipes, a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara.-----

5.6.1 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu começava por agradecer a todos os múnicipes que aqui vieram trazer as suas preocupações, ouvi com muita atenção e naturalmente percebi e registei os problemas que aqui foram trazidos e quero dizer que irei empenhar-me no conhecimento das questões aqui trazidas, dialogando com os Vereadores e com os responsáveis municipais para melhor entender as questões e em conjunto procuramos também que para além da deslocação pessoal que já se verificou, eu percebi que foi o Arquitecto Ricardo e o Sr. Rui Jorge que estiveram na casa da Senhora, percebi que já tinha havido essa deslocação porque houve a compreensão para a delicadeza do problema que pelo telefone começou também a chegar aos serviços. Eu queria dizer-vos também que foi pela primeira vez que ouvi uma explanação sobre este assunto.-----

Gostava de dizer a todos os Múncipes presentes que a Câmara reúne à primeira e à terceira Quarta-feira de cada mês, assim tem sido, temos eleições e no futuro ver-se-á, e é um espaço sem tempo limitado, portanto depois da ordem de trabalhos, nós



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

inscrevemos todas as pessoas porque é diferente o funcionamento da Câmara relativamente à Assembleia Municipal, e chegamos a ter trinta inscrições sem limite de tempo, com as pessoas a intervirem desde as sete horas e trinta minutos, oito horas até às onze horas da noite. E ainda ficamos a conversar para esclarecer as questões que tenham ficado menos bem esclarecidas. Portanto, agradecendo de terem aqui vindo, e agradecendo mesmo porque também vieram de longe, gostava de deixar esta nota para que também no futuro possam usar espaço de intervenção e de comunicação com eleitos que são as reuniões da Câmara Municipal. Tomei aqui nota de um processo que foi referido que é o 262/03, também é verdade e gostava de deixar a nota de que os assuntos entram nos serviços, dão entrada as comunicações e são encaminhados para os serviços competentes. Todas as cartas são dirigidas ao Presidente da Câmara mas não vai ao Presidente da Câmara nem uma milésima parte, enfim aqueles assuntos que obviamente não podem ser tratados pelos serviços, mas isto não justifica que não tenha que haver uma resposta e uma atenção. Pareceu-me que sim, que isso está a acontecer, fui falando com os meus colegas que um ou outro conheciam detalhes do problema. Sei que inclusivamente a fiscalização municipal tem um processo em mãos, acabei enfim neste diálogo que tive aqui de saber isso, mas o meu compromisso é de com os Vereadores com os serviços avaliar o problema e intervirmos nele com todos os poderes que tenhamos para intervir e para resolver. O que foi dito não é mentira porque há Leis e de facto as Leis nem sempre, também permitem grande agilidade aos municípios para intervirem e resolverem em tempo útil e adequado os problemas... (interrupção da gravação)... nesta atitude de conhecer o processo ter uma ideia e depois de informação perceber que não era bem assim, e louvo esta atitude dos cidadãos porque como há bocadinho foi aqui dito, afinal a CP é que era a culpada, mas era à Junta de Freguesia que os cidadãos apontavam o dedo, a Câmara etc., e depois louvaram a CP quando a CP é que era a culpada. Bom, mas o que eu penso que neste processo tem que existir é uma grande cooperação, e é isso que nós temos procurado fazer com todos, quer seja o Governo desta área política ou da área política. Este processo já passou por vários Governos desde os anos oitenta, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, coligados, não coligados, e portanto a nossa posição tem sido sempre de cooperar com todos e procurar também levar informação para que quem tem poder de decidir possa ser ajudado a decidir da melhor maneira. Temos a consciência de que assim fazemos em todas as situações e é assim que entendemos que o Poder Local deve agir em defesa das populações, mesmo não tendo as competências suficientes para decidir, e não sendo o decisor, deve ajudar a que os órgãos centrais possam decidir da melhor maneira independentemente das cores partidárias, é isso que temos feito e é isso que vamos continuar sempre a fazer no exercício das nossas



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

funções e assumir assim as nossas responsabilidades. Eu gostava de dizer à nossa amiga munípe que trouxe aqui a questão do morro, de facto não está bem informada, mas isso não é justificação. Nós temos, o morro não é obviamente da Câmara, só para lhe dizer que a argumentação não é correcta porque não é da Câmara, no entanto existe todo um programa de prevenção relativamente a incêndios e isso é feito e é exemplar e tem estado a ser divulgado inclusivamente por governantes, chamando-nos para apresentarmos a nossa experiência, é bom divulgar as boas experiências porque de facto o programa de preservação contra incêndios que temos no nosso Concelho é muito valioso, envolve Freguesias, autoridades, envolve os motars enfim, todas as entidades e instituições da sociedade civil que queiram participar são bem vindos, os Bombeiros estão empenhadíssimos e têm dado provas de grande competência, e portanto o nosso Concelho tem sido um Concelho onde praticamente não tem havido incêndios há seis anos. Pode haver um fogacho aqui e acolá, mas pelo programa de prevenção imediatamente são apagados. E portanto é assim. É necessário de facto que os particulares, que os privados os públicos, todos, façam a limpeza das suas áreas, das suas propriedades, é sem dúvida, tem toda a razão e assim deve ser. Deve ser limpa a Mata dos Medos, deve ser limpa a paisagem protegida, devem ser limpos os lotes dos proprietários particulares. Gostava de vos dizer que se assistirem às reuniões públicas da Câmara, repararão que nós tomamos posse administrativa de dezenas de lotes particulares, privados para nos substituímos, limpamos em substituição dos particulares, o que naturalmente é complicado porque se os recursos humanos estão a limpar lotes e são muitos os que existem no nosso Concelho, de propriedade privada, obviamente que a limpeza pública também depois sofre com isso. Mas é preciso um grande esforço, eu acho que a intervenção da nossa munípe nesta Assembleia tem o mérito de chamar a atenção para uma questão que tem que nos preocupar a todos, a nossa responsabilidade enquanto cidadãos enquanto entidades públicas tem que estar sempre presente para que não hajam as calamidades que no nosso país têm existido e que tantos prejuízos humanos, materiais, económicos tem causado ao país por inteiro. Gostava de enfim, de não me dirigir de forma, da forma como habitualmente se me dirige o Sr. que falou sobre o Metro, quero continuar a ser educada e respeitadora dos cidadãos, mas como todos já percebemos já estamos a menos de um mês das eleições autárquicas e é natural que questões diversas, umas com razão, outras sem razão também possam ser tratadas de forma diversa. E portanto os cidadãos que naturalmente estão de boa fé e com vontade de ver os seus problemas resolvidos, obviamente que terão sempre na Câmara e a mim e nos Vereadores que me acompanham o maior empenho e a indicação dos trabalhadores para que sejam diligentes, naturalmente



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

que em relação a outras questões marginais ouvimos, tomamos a devida nota mas não, enfim, damos naturalmente a consideração que a situação nos recomenda."-----

6 - Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----

6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal, (**Conforme ANEXO X**).-----

6.1.1 - Usou da palavra a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara para apresentar a referida informação.-----

6.1.1.1 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Como habitualmente os documentos estão em poder dos Srs. Deputados Municipais, os dois relatórios sobre a actividade desenvolvida nos meses de Maio, Junho e Julho, e nós ficaremos à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar."-----

6.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Fernando Pena; António Mendonça Mendes e a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal.-----

6.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Foi objecto de atenção, já era um compromisso eleitoral do CDS a questão da Torre Velha ou da Torre de São Sebastião, esta Assembleia aprovou a descida de uma Moção apresentada pelo CDS à Comissão respectiva, houve uma reunião da Comissão e houve um pedido de esclarecimento à Câmara Municipal de Almada quanto à propriedade do monumento. Está claro, é propriedade do Estado, está claro que houve um despacho em 1996 para a classificação como monumento nacional e também está claro que a Torre de São Sebastião recorde a mais antiga fortificação marítima portuguesa, está ao abrigo da Lei 107/2001 de Protecção e Valorização do Património Cultural.-----

Portanto, reconhecidamente é competência do Estado a preservação do Património, dado como assente. Mas é um património que faz parte da memória de Almada, é um património que urge recuperar. E portanto, a minha única questão é: e agora? E o agora não é que a Câmara Municipal resolva aquilo ou que intervenha naquilo que não é de sua propriedade. Mas que despolete os mecanismos necessários à sua protecção e à sua requalificação. É só esta questão Sr<sup>a</sup>. Presidente e agora o que vai fazer a Câmara Municipal de Almada no que diz respeito a este assunto."-----

6.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É uma pergunta muito concreta dirigida à Sr<sup>a</sup>. Presidente de Câmara, no sentido de saber qual é o montante da despesa da Câmara gasto em publicidade à Câmara Municipal e à divulgação da Actividade Municipal, se essa verba aumentou ou não



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

aumentou em relação ao mesmo período referente e que já foi analisado na última Assembleia Municipal.-----

E gostaria também de perguntar qual é o critério sobre o qual essas obras e essa informação municipal é dada. Ou seja, há determinada informação que é dada pelo Boletim Municipal e há determinada informação que tem direito a cartazes. Há determinados convites para inaugurações de equipamentos públicos que são enviados em cartões pequenos e há determinados convites para eventos públicos em determinadas alturas que são anunciados por cartazes. E portanto a questão muito concreta que gostaria de colocar era quanto é que é gasto em publicidade institucional pela Câmara Municipal de Almada nos últimos três meses? E já agora, não esquecer também a questão dos critérios pelos quais essa publicidade é feita e em que medida ela é ampliada ou não."-----

6.1.2.3 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Em relação ao Sr. Deputado Fernando Pena, agradeço ter referido a informação que foi dada, queria dizer-lhe que sobre este assunto não estamos parados, independentemente de diligências junto de entidades que têm naturalmente a responsabilidade directa na conservação de património de Estado, também há a necessidade de concluirmos o processo da Costagest, é preciso saber se a Costagest é ou não é instalada, porque se a Costagest for instalada e se funcionar vai também ajudar a que um conjunto muito importante de património público possa ser estudado, possa ser recuperado e reutilizado em vez de estar ao abandono e poder também ajudar na medida das características de cada uma dessas peças do património, a situação também económica do país. Não seria muito mas gota a gota se vai enchendo o copo. É preciso não desperdiçar nenhuma. Eu tenho contactos com responsáveis ao nível do Governo e naturalmente que este processo não está parado e vamos ver quais são os resultados que conseguiremos. Também em relação à questão que foi trazida sobre publicidade, informação, etc.. Queria dizer-lhe que não estamos a fazer nem mais nem menos do que sempre fizemos. Portanto, relativamente a iniciativas, quer placardes, quer convites, quer boletins, quer agenda, etc., a nossa informação é igual, se temos mais inaugurações convidamos mais, se temos mais iniciativas, mas estamos a cumprir o Orçamento Municipal. O Orçamento foi aprovado pela Assembleia Municipal e está a ser cumprido. As iniciativas que temos tido este ano, são iniciativas que se repetem, que se verificaram em anos anteriores e portanto que se repetem desde 2001, que também no mandato passado sempre concretizamos as iniciativas, as iniciativas conhecidas. Dizer-lhe em concreto quanto é que se gastou neste trimestre obviamente que nem a contabilidade me permite dar isso,



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

nem a informação que tenho hoje aqui, portanto não tenho condições de lhe responder com verdade, o que lhe estou a dizer é que se está a cumprir o Orçamento Municipal e o que estamos a fazer, fazemo-lo desde o primeiro ano do Mandato com toda a regularidade. Quando, por exemplo os placardes de informação municipal existem desde o princípio, portanto no Mandato passado existiam placardes que eram substituídos com alguma regularidade, de três meses ou seis meses consoante as situações, anunciando as obras que se iriam concretizar, também as opções participadas foram objecto de abordagem nesses painéis e portanto é uma linha de comunicação que nós temos no nosso município como temos os painéis da Decaux, os pequeninos, e os parisios GTs numa das faces como noutras Câmaras acontece, nós temos uma grande regularidade de substituição porque também no nosso Concelho há uma enorme actividade. E os painéis da Decaux não são utilizados só para iniciativas da Câmara. Neste momento nós temos por exemplo a Almada Fashion que é uma iniciativa da Associação dos Comerciantes com o patrocínio da Câmara, como poderemos ter do Governo, de alguns Ministérios que já nos têm solicitado para utilizar o nosso espaço. Mas nós temos de facto também uma produção de comunicação com os cidadãos forte porque é preciso, as coisas são feitas para as pessoas as iniciativas e é preciso divulga-las. Portanto, essa linha de comunicação também existe e é importante. Temos as produções regulares, e também temos as produções de encartes anuais, todos os anos nós temos um encarte que divulga Almada para o País. Portanto, os grandes projectos que no nosso Concelho se fazem, há interesse em que eles sejam divulgados porque também a área económica precisa de saber o que é que em Almada, como nos outros Concelhos está a ser projectado para que as empresas também estejam atentas e percebam quais as suas oportunidades de concorrer a concursos, etc.. Portanto, é uma forma, não é por estarmos próximo das eleições, não é por este ano existirem eleições que nós temos a comunicação que temos com os cidadãos. É uma prática, pode ser avaliada, pode ser discutida, mas não discutida porque é ano de eleições. Discutida como prática autárquica que desenvolvemos no nosso Concelho."-----

6.1.2.4 - Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a apreciação da Actividade Municipal.-----

6.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação da Proposta N.º 100/VIII de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada no dia 20/07/2005, sobre "Permuta de terrenos na Freguesia da Caparica entre o Município e a M.L. - Dia a Dia Industria Hoteleira, Lda., para reserva de área de estacionamento associado ao Metro Sul do Tejo", (**Conforme ANEXO XI**).-----

6.2.1 - Usou da palavra a Sr.ª. Presidente da Câmara para apresentar a respectiva Proposta.-----

6.2.1.1 - A Sr.ª. Presidente da Câmara Municipal:-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Esta proposta resulta de um diálogo estabelecido com um proprietário que tem um terreno na proximidade de Costas de Cão, proximidade da Faculdade de Ciências e Tecnologia, interessante para um parque de estacionamento dissuasor naquela zona de quem vem da Trafaria e mesmo enfim, das zonas limítrofes. Foi feita a avaliação do terreno, também de um lote municipal e de acordo com a informação dos serviços e a avaliação feita, é proposto que a Assembleia Municipal nos autorize a aceitar nas condições aqui indicadas o lote de cinco mil quinhentos e oitenta e cinco metros quadrados por troca com um lote urbano que é o lote dezasseis na Quinta das Conselheiras que tem duzentos e cinquenta e dois metros quadrados e mil e oito metros quadrados de área de construção, dez fogos, a uma das áreas está atribuída a verba de 329.370,00€, o valor da avaliação e ao bem municipal 252.410,00 €. E havendo esta diferença que a ser aprovada pela Assembleia Municipal, a ser autorizada esta troca, que a Câmara naturalmente pague a diferença entre os bens ao vendedor."-----

6.2.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Carlos Simões e a Sr<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal.-----

6.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal José Carlos Simões:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Depois de ouvir a Sr<sup>a</sup>. Presidente permita-me apontar-lhe uma incorrecção na sua apresentação. De facto o valor de permuta que é estabelecido pelos técnicos para o Dia-a-Dia não é o valor da avaliação mas sim um valor negociado com a entidade, porque o valor de avaliação de acordo com os critérios subjacentes ao IMI, são 560.980,00€ para um e 48.880,00 € para outra das fracções. Portanto, temos aqui um terreno que, um valor de terreno e em benefício da Câmara, é um valor inferior ao valor dos critérios da avaliação do IMI para o privado, para os terrenos privados. Isto também vem chamado a atenção e acho que nos cabe como órgão de fiscalização como somos, permito-me chamar a atenção da Sr<sup>a</sup>. Presidente para o Relatório do IGAT sobre a permuta dos terrenos do Pão de Açúcar em que se estabelecia e que o IGAT sugeria uma boa prática no meu entender uma boa prática de se tentar outros métodos de avaliação, métodos de avaliação de preços de mercado para estas situações de permuta. Obviamente não está aqui subjacente qualquer tipo de avaliação ideológica ou outra qualquer dúvida sobre o negócio, não é isso que eu estou a apontar, estou só a apontar o facto de primeiro o valor de permuta ao contrário do que a Sr<sup>a</sup>. Presidente disse é um valor negociável, em segundo lugar o critério sugerido pelo IGAT deveria ser cumprido pela Câmara Municipal de Almada para evitar futuras menções e relatórios do IGAT, não é por suspeições porque repare, ainda na última Sessão de Câmara tivemos a oportunidade de avaliar





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

uma outra permuta municipal, e o valor era exactamente igual ao dos critérios do IMI. Hoje vemos que um valor negocial que supostamente é o do mercado é inferior aos valores do critério do IMI, obviamente que podemos sempre questionar o valor que foi sugerido para a permuta anterior e assim consecutivamente, enquanto não for apresentado pela Câmara Municipal de Almada e penso para os próprios serviços para avaliação destas questões relatórios, alguma multiplicidade de informação, eu não estou a dizer que seja o critério do IMI comparado com uma ou duas avaliações privados, estas dúvidas poderão sempre surgir, não só a nós enquanto órgão de fiscalização como ao próprio IGAT em acções normais inspectivas."-----

6.2.2.2 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O Sr. Deputado vem correntemente trazer este tipo de argumentação mas esquece-se de dizer que esta situação, a base de avaliação é o IMI e portanto, o IMI é de facto um conjunto de regras recentes e com base no IMI que, e eu vou ajudá-lo a compreender, também não sabemos tudo, eu também não sei e tenho que perguntar para poder saber. E portanto o que nós temos aqui é aplicação do IMI, mas como estamos a falar de um prédio rústico, também de acordo com o próprio código é necessário introduzir um coeficiente de correcção. Esse coeficiente de correcção é exactamente de 0,5, o que aplicado ao valor que aqui referiu dos 500 e tal mil euros, vai dar 280.490,00 euros. E depois como o prédio também tem uma área coberta é preciso avaliar a área coberta e a área coberta são 48.880,00 euros. Portanto somando os 280.490,00 € que é de facto o valor adequado porque se trata de um prédio rústico com os 48.880 € e tudo isto na base do IMI, nós temos os 329.370,00 €. Portanto, eu não tenho dúvidas de que o princípio da transparência está aqui absolutamente reflectido e que enfim, a avaliação é uma avaliação de acordo com as regras que existem. Aliás são estas mesmas regras que os avaliadores aplicam hoje em dia no património. Qualquer avaliador privado, são estas as regras que aplicam."-----

6.2.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quorum procedeu-se à votação da Proposta N.º100/VIII, foi aprovado por unanimidade, através da seguinte deliberação: -

#### Deliberação-----

- **Considerando que foram aprovadas pelos Órgãos Autárquicos do Município as Opções Estratégicas de Desenvolvimento do Concelho de que é parte integrante a significativa melhoria do sistema de transportes;**-----
- **Considerando que o Metro Sul do Tejo é determinante para a melhoria do sistema de transportes e as áreas de estacionamento associadas a este novo modo de transporte assumem particular importância;**-----



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

▪ Considerando que a Câmara Municipal vem de forma continuada a estabelecer contactos com proprietários para aquisição de parcelas de terreno passíveis de concretizar áreas de estacionamento, como é o caso presente a ser concretizado através de permuta de terrenos avaliados com base nos critérios e fórmula de cálculo do Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro (CIMI);-----

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da competência para autorizar a Câmara Municipal a adquirir e alienar bens imóveis, prevista na alínea i) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autoriza a Câmara Municipal a:-----

1 - Aceitar da M.L. – Dia a Dia Indústria Hoteleira, Lda. o prédio misto, sito na Freguesia de Caparica, Torrinha, com a área de 5.585 m<sup>2</sup>, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 2573/150389, do livro B-3, a fls. 147v (artigo urbano 215 e artigo rústico 27 da secção D) a que se atribui o valor total de 329.370,00€.-----

2 - Ceder, por permuta, o lote propriedade do Município, designado por Lote 16 sito na Quinta das Conselheiras, freguesia de Caparica, constituído através do alvará de loteamento nº 501, com o número de inventário 12686, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 04793/240701 da Freguesia da Caparica – com 252,00 m<sup>2</sup>, destinado à construção de um edifício com 4 pisos e um total de 1008,00 m<sup>2</sup> de área de construção destinada a 10 fogos de habitação, a que se atribui o valor de 252.410,00€.---

3 - Proceder o Município ao pagamento de €76.960,00 à M.L. – Dia a Dia Indústria Hoteleira, Lda., à data da respectiva escritura, correspondente ao diferencial entre o valor do lote que cede e o valor do prédio que recebe.-----

6.3 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 101/VIII de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada no dia 20/07/2005, sobre "Alteração da cláusula 14ª das condições gerais de alienação de terrenos no denominado Centro Cívico do Pragal", (Conforme ANEXO XII).-----

6.3.1 - Usou da palavra a Srª. Presidente da Câmara para apresentar as respectivas Propostas.----

6.3.1.1 - A Srª. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Como os Srs. Deputados já entenderam certamente, nós fizemos o concurso, houve a adjudicação provisória da propriedade, mas torna-se necessário para que se torne definitiva a adjudicação que a Assembleia Municipal se assim o entender altere a cláusula 14ª das condições gerais. Porque a cláusula 14ª aprovada por esta Assembleia apontava



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

para que a transmissão de direito de propriedade será feita com cláusula de reserva de propriedade, mas como o adjudicatário precisa de recorrer ao leasing, esta cláusula não o permite, e portanto sem haver qualquer prejuízo para a Câmara, para o Município e sem correr qualquer risco, o que se pretende então é afastar esta dificuldade e substituir a reserva por reversão. E portanto é esta a proposta que trazemos à Assembleia Municipal."-----

6.3.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quorum procedeu-se à votação da Proposta N.º 101/VIII, foi aprovado por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----

#### Deliberação

▪ **Considerando que no desenvolvimento do processo de alienação dos terrenos para construção, junto ao novo Tribunal no denominado Centro Cívico do Pragal, autorizado pela Assembleia Municipal na Reunião realizada no dia 20/12/2002 e publicitado pelo Edital n.º 175/VIII/2002, a Câmara Municipal aprovou a sua adjudicação provisória;**-----

▪ **Considerando que a adjudicação definitiva foi condicionada à aprovação pela Assembleia Municipal da alteração do artigo 14.º no n.º 1 das Condições Gerais de Alienação através da substituição da cláusula de reserva de propriedade pela cláusula de reversão de propriedade devido ao facto do adjudicatário apresentar como forma de financiamento o recurso ao leasing;**-----

▪ **Considerando que a referida alteração em nada prejudica o Município;**-----

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova a alteração do n.º 1 da cláusula 14.ª das Condições Gerais de Alienação dos prédios urbanos para construção descritos na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob os números 00539/940321, 00540/940321, 00541/940321, 00542/940321, 00543/940321, 00544/940321, 00545/940321, 00546/940321, 00547/940321, 00548/940321 e 00549/940311, que passa a ter o seguinte texto:-----**

#### **«Artigo 14.º**

**1 - A transmissão do direito de propriedade será feita com cláusula de reversão de propriedade até se mostrarem satisfeitas todas as condições de alienação.**-----

**2 - .....»**-----

6.4 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação da Proposta N.º 102/VIII, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada no dia 07/09/2005, sobre "Desafectação do domínio público para



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

o privado do Município de parcela de terreno na Quinta do Rato, freguesia do Laranjeiro, para construção do Centro Comunitário e Social", (**Conforme ANEXO XIII**)).-----

6.4.1 - Usou da palavra a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara para apresentar a respectiva proposta.-----

6.4.1.1 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

Pois estamos muito perto desta zona, estamos no limite, este terreno fica no limite do Concelho do Seixal, e a Câmara Municipal do Seixal possuindo também no limite com o nosso Concelho uma área de terreno, decidiu doar à Fábrica da Igreja Sagrada Família, um terreno para este equipamento. Seria desejável e seria bom para o equipamento que pudesse haver complementarmente à área recebida do Seixal uma área que está adjacente de trezentos e quinze metros quadrados. No entanto essa área é uma área do domínio público. Para que isso possa naturalmente concretizar-se para que possa ser feita a doação, é necessário a desafectação do domínio público para o domínio privado de modo a que a doação possa ser feita. Isto foi obviamente analisado e concluiu-se que é absolutamente adequado e que também este equipamento vai servir a população aqui do nosso Concelho, da zona do Laranjeiro. Portanto, o que se pretende é que a Assembleia Municipal possa autorizar a desafectação do domínio público para o domínio privado de uma área de trezentos e quinze metros quadrados para que seja doada posteriormente à família da Igreja Paroquial da Sagrada Família para um Centro Comunitário e Social e Sede de Escuteiros."-----

6.4.2 - No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão.-----

6.4.2.1 - O Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Uso a palavra para manifestar o meu acordo com a proposta e também abusando da paciência do Sr. Presidente, gostava de dar aqui o meu público testemunho do que aprendi nos últimos dezasseis anos nesta Assembleia Municipal, e também transmitir a todos os membros desta Assembleia o meu respeito que não é posto em causa pelo calor de algumas discussões e também informar, provavelmente os mais atentos saberão que este é o meu último acto como Deputado Municipal."-----

6.4.3 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quorum, procedeu-se à votação da Proposta N<sup>o</sup>102/VIII, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----

-----**Deliberação**-----  
▪ **Considerando que nas Opções do Plano para 2005, aprovadas pelos Órgãos Autárquicos do Município, está inscrita a necessidade de criar novas oportunidades para a juventude, desenvolver e aprofundar a solidariedade e a segurança de todos, nomeadamente através de apoio a instituições de solidariedade social na construção de novos equipamentos;**-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- Considerando a solicitação da Fábrica da Igreja Paroquial do Miratejo/Laranjeiro para a cedência de uma parcela de terreno destinada a complemento de um terreno para construção de um Centro Comunitário e Social e Sede de Escuteiros;-----
- Considerando que para atender ao pedido é necessário a desafecção da referida parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município;-----
- Considerando ainda o interesse público da desafecção e o não prejuízo de qualquer direito particular;-----

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera desafectar do domínio público e integrar no domínio privado do Município da seguinte parcela de terreno:-----

- Parcela de terreno com a área de 315 m<sup>2</sup>, sita na Quinta do Rato, freguesia do Laranjeiro, concelho de Almada, confrontando do NORTE com Escadas Públicas, do SUL com Domínio Público, do NASCENTE com Fábrica da Igreja da Sagrada Família e do POENTE com Domínio Público, a qual se destina a complemento da parcela para construção de Centro Comunitário/Social e Sede de Escuteiros.-----

7 - Considerando ser a presente Reunião a última do Mandato, o Presidente da Assembleia Municipal e a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal intervieram.-----

7.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----  
Srs. Deputados está terminada a nossa reunião. Àqueles que vão sair as maiores felicidades, a todos um grande obrigado pela vossa colaboração com a Mesa, que foi sempre profícua e importante e interessante. Desejo a todos uma muito boa campanha, o exercício da democracia é algo muito belo. Que sejamos merecedores de continuar a representar o povo, os cidadãos do Concelho de Almada."-----

7.2 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Também algumas palavras, não é de despedida é de até já para alguns certamente que enfim será mesmo até já, em exercício de funções autárquicas, para outros com certeza que por aí como amigos e como almadenses procurando também com certeza contribuir com o nosso empenho porque somos autarcas, é porque amamos esta terra e queremos fazer alguma coisa por ela. Queria agradecer a todos a vossa ajuda, as vossas contribuições. Com



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

certeza que há sempre momentos nestas nossas funções de desencontro, muitas vezes de choque porque não dizê-lo, mas é a democracia, é o exercício das nossas funções enquanto autarcas e representantes de forças políticas bem diversas, mas penso que a amizade deve prevalecer e queria deixar-vos esta palavra. Amiga para sempre se quiserem contar comigo, muito obrigada e conto convosco."-----

- 8 - Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.-----
- 9 - Foi verificada a presença do Jornalista Sr. Miguel Ribeiro (Câmara Municipal) e de cinquenta e seis Srs. Municipais.-----
- 10 - Pelo Executivo Municipal estiveram presentes a Presidente Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Maria Emília de Sousa e os Srs. Vereadores Exm<sup>os</sup>. Srs. José Lourenço; António Matos; José Gonçalves; Hernani Magalhães e Henrique Carreiras.-----
- 11 - Entretanto foi requerido a aprovação da Acta e da Minuta da Acta e após verificação do quorum procedeu-se à votação sendo aprovado por unanimidade.-----
- 11.1 - Procedeu-se assim à leitura da Minuta da Acta e da Acta que será completada com a desgravação das intervenções e após verificação do quorum procedeu-se à votação sendo aprovadas por unanimidade.-----
- 12 - Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 11H45 do dia 14 de Setembro de 2005.-----
- 13 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta da Acta que vai ser subscrita pelos Secretários e assinada pelo Presidente.-----

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O 2º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_